



VALORES DEMOCRÁTICOS E PARTIDOS POLÍTICOS: O QUE PENSA O ELEITORADO BRASILEIRO?

DEMOCRATIC VALUES AND POLITICAL PARTIES: WHAT DOES THE BRAZILIAN ELECTORAL THINK?

VALORES DEMOCRÁTICOS Y PARTIDOS POLÍTICOS: ¿QUÉ PENSA EL ELEITORADO BRASILEÑO?

Guilherme Augusto Batista Carvalho¹
Robert Bonifácio da Silva²

Resumo: O presente artigo pretende discutir a correlação entre os chamados valores democráticos e a percepção social sobre partidos políticos no Brasil. Tal análise será realizada, em primeiro lugar, à luz da literatura pertinente e, em segundo lugar, a partir da apresentação e análise de dados compilados no Barômetro das Américas de 2014, realizado no Brasil, a respeito de valores democráticos, poderes presidenciais, ambivalência democrática e simpatia por partidos políticos, a partir do perfil de gênero e étnico. Este trabalho pretende responder se a democracia é um valor irrefutável para as pessoas que têm simpatia por partidos políticos. Conclui-se que a democracia não apresenta uma correlação direta com a simpatia por partidos políticos e não representa um valor incontestado para aqueles que demonstram apreço por partidos.

Palavras-chave: Democracia; Partidos Políticos; Representação; Autoexpressão.

Abstract: The present article intends to discuss the correlation between the so-called democratic values and the social perception about political parties in Brazil. This analysis will happen, first, on the light of relevant literature and secondly, from the presentation and analysis of data compiled in the Brazilian case in Barometer of the Americas of 2014, in respect for democratic values, presidential powers, democratic ambivalence, and sympathy for parties political, based on gender and ethnic profile. This paper aims to answer if democracy is an irrefutable value for people who have sympathy for political parties. It is concluded that democracy does not present a direct correlation with sympathy for political parties and does not represent an undisputed value for those who show appreciation for parties.

Keywords: Democracy; Political Parties; Representation; Self-expression.

¹ Bacharel em Relações Internacionais, Especialista em Políticas Públicas e Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal de Goiás. Pesquisa partidos e comportamento parlamentar (guilherme.rel1404@gmail.com)

² Mestrado (Unicamp), Doutorado e Pós-Doutorado (UFMG) em Ciência Política. Coordenador do Curso de Ciências Sociais com habilitação em Políticas Públicas da UFG (rbonisilva@gmail.com)

Resumen: El presente artículo pretende discutir la correlación entre los llamados valores democráticos y la percepción social sobre partidos políticos en Brasil. Este análisis se realizará, en primer lugar, a la luz de la literatura pertinente y, en segundo lugar, a partir de la presentación y análisis de datos compilados en el Barómetro de las Américas de 2014, realizado en Brasil, respecto de valores democráticos, poderes presidenciales, ambivalencia democrática y simpatía por partidos políticos, a partir del perfil de género y étnico. Este trabajo pretende responder si la democracia es un valor irrefutable para las personas que tienen simpatía por partidos políticos. Se concluye que la democracia no presenta una correlación directa con la simpatía por partidos políticos y no representa un valor incontestable para aquellos que demuestran aprecio por partidos.

Palabras clave: Democracia; Partidos políticos; la representación; Autoexpresión.

1 Introdução

As mudanças sociais e políticas e a pretensa correlação com as condições econômicas estruturais, bem como o desenvolvimento científico e tecnológico, têm sido responsáveis por transformações institucionais e mudanças culturais.

Abranches (2017) considera que a sociedade contemporânea do século XXI não é apenas um produto das transformações construídas no século XX, mas, antes, a própria ferramenta das mudanças de seu tempo. As liberdades econômicas, a contracultura e a internet têm gerado novos papéis para atores tradicionais no processo político.

A democracia na chamada “era do imprevisto”, a qual Abranches (2017) busca construir de forma teórica a partir dos elementos supracitados, não possui um alvo estático, mas continuamente móvel, de modo que, para o autor, os elementos já elencados têm sido, sobretudo, influenciadores do processo de “esvaziamento” do que se conhece como democracia representativa.

Para o autor, o tradicional papel dos partidos, por exemplo, tem sofrido substantivas mudanças, uma vez que a “politização” dos temas sociais e da formulação de políticas públicas, em forma de debates eleitorais, têm sido continuamente acionadas antes mesmo de períodos eleitorais. O surgimento de *fake news*, de redes sociais e de todas as formas de mídias digitais tem produzido uma lógica de contínua discussão dos temas, isolando os partidos do processo informativo da sociedade.

A partir dessa reflexão o presente artigo pretende expor, em primeiro lugar, o que são os partidos políticos tradicionalmente concebidos. Em segundo, serão apresentados indicadores apontados por Inglehart e Welzel (2009) sobre instituições democráticas e valores democráticos. O passo seguinte será apresentar e discutir os dados do Barômetro das Américas de 2014 e avaliar o que os eleitores brasileiros responderam sobre o papel dos partidos e sobre a concepção que possuem sobre a democracia e os valores democráticos.

A pergunta chave desse trabalho é: qual o papel da democracia e dos valores democráticos para os eleitores que possuem algum tipo de simpatia por partidos políticos no Brasil? A partir dessa pergunta pretende-se compreender se as mudanças estruturais apresentadas por Abranches (2017) de fato se refletiram na percepção dos eleitores sobre os partidos políticos do Brasil.

2 Partidos Políticos e representação política

Joseph Schumpeter, em sua obra *Capitalismo, socialismo e democracia* (1961), salienta que, dentro de uma perspectiva de democracia liberal, a tendência inerente às liberdades civis e ao respeito em relação a opiniões individuais é necessária para que haja a aplicação do que ele chama de “método democrático”, definido pelo autor como um sistema institucional para a tomada de decisões políticas, no qual o indivíduo adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos (SCHUMPETER, 1961, p. 321).

E apesar dessa equidistância, Duverger (1957), faz uma digressão maior ainda, ao afirmar que nos primórdios das Repúblicas antigas já havia grupos que se reuniam para defender determinados assuntos em assembleias. Contudo, alerta o autor, antes de 1850 nenhuma nação conhecia partidos no sentido moderno. Na realidade, a constatação de Maurice Duverger é mais longa ainda. O sentido moderno de partidos só viria a se desenvolver na maioria das “nações democráticas” após 1950, com a ampliação do sufrágio popular e das prerrogativas parlamentares.

Antes disso, seria muito mais difícil, por exemplo, analisar o *multipartidarismo* holandês ou francês, a diferença entre o *Partido Trabalhista* britânico e o *Partido Socialista* francês, por um motivo bastante simples: “quanto mais crescem as funções e a autonomia das assembleias políticas, mais seus membros sentem a necessidade de se agruparem por afinidades, a fim de atuar em acordo” (Livre tradução, Duverger, 1957, p.15).

Para Duverger (1957), há quatro tipos sociológicos heterogêneos de partidos políticos. O primeiro tipo seria o dos *partidos burgueses*, que têm suas origens no século XIX, com quadros desde liberais a conservadores. Com pouco comprometimento relativo ao recrutamento de novos membros, suas doutrinas desempenham um papel pequeno, e o real poder dentro dessas instituições está concentrado na figura dos líderes com assento no parlamento.

O segundo tipo é o de *partidos socialistas*. Com mecanismos de obediência às doutrinas bastante rigorosos, a “educação política” para seus militantes é uma das maiores prioridades, seus dirigentes têm espaço central, com tendências burocráticas, e as rivalidades ficam por conta das chamadas “tendências” internas.

O terceiro tipo seria o dos *partidos comunistas e fascistas*. As duas formas se tornam uma por terem características bastante parecidas. Uma delas é a grande centralização e o total desencorajamento à contestação de seus dirigentes, que por sua vez se valem de métodos bastante autocráticos e violentos para reprimir as dissidências. São partidos que sobrevivem à clandestinidade, mas sua existência depende, em grande medida, da propaganda.

Por último, estão os *partidos católicos e social-cristãos*. Esses ocupam lugar intermediário entre os partidos burgueses e os socialistas. Constituem-se com bases em sindicatos e associações cooperativas, têm raízes agrárias e suas formas de organização são bastante diversas.

Os partidos modernos se subdividem, segundo Charlot (1982), a partir de certos critérios que os fazem distintos uns dos outros, como ideal de sociedade e Estado, ideologia política, atitude, qualificações morais, classificação social e por vezes a cor - por exemplo, a identificação dos partidos social-democratas com o azul e dos partidos revolucionários com o vermelho. Essas distinções, afirma o autor, são o que faz um *partido religioso* ser adversário natural de um *partido revolucionário*, ou um *partido liberal* entrar em convergência com um *partido conservador*, na defesa das “liberdades necessárias”.

Em sua obra *Modelos de partidos*, Angelo Panebianco (2005) acredita que os partidos são representações de demandas sociais, mas organizações com atuações em eleições e exercício de governo. Os partidos visam manter a coesão de propostas internamente da mesma forma como disputam espaços nas arenas públicas externamente. Nesse sentido, Panebianco (2005) acredita que os partidos sejam de fato entidades orgânicas estratégicas.

Panebianco (2005) propõe a compreensão dos partidos a partir de suas diferenças em termos de organização. Em uma visão racionalista os partidos têm de se organizar em termos de seus objetivos. Ou seja, eles traçam metas e se organizam de acordo com suas pretensões. Em uma visão mais natural, segundo o autor, o objetivo central não é propriamente alcançar algo, mas que a organização sobreviva, e para isso é necessário traçar pretensões.

A sobrevivência da organização partidária depende da participação e colaboração dos “associados”. Para isso, são oferecidos incentivos em termos de adesão aos partidos. Panebianco (2005) separa os incentivos em coletivos – identidade, solidariedade e ideologia – que são dados igualmente por parte dos partidos, visando manter a coesão interna, e os incentivos seletivos – cargos e vantagens pessoais – que são distribuídos apenas a alguns dos integrantes do partido, visando satisfazer as demandas de membros com grande influência política.

A tradição downsiana apresenta os partidos modernos como empresas que vendem políticas como em um mercado. Um partido na concepção de Anthony Downs (1999) é: “uma coalizão de homens que buscam controlar o aparato de governo através de meios legais” (DOWNS, 1999, p. 47). Os partidos jamais estarão desconectados do chamado “axioma do interesse pessoal” de seus membros, que, para o autor, sempre buscarão maximizar sua importância e seus benefícios. Seu único objetivo é colher as recompensas de ocupar um cargo público.

Sob a leitura downsiana assenta-se a ideia de que os partidos formulam políticas a fim de ganhar eleições e não ganham eleições a fim de formular políticas. A princípio essa ideia parece incapaz de conceber os partidos como atores que promovam funções sociais, tais quais os direitos

humanos, a que por vezes se afiliam. Contudo, a função social é promovida apenas na medida em que promova ganhos pessoais aos membros do partido. Assim, criam-se mecanismos de responsividade entre representantes e representados, pois os representados estão recebendo benefícios constantes, provenientes das ações dos partidos, seja no parlamento, seja no executivo, como segurança, saneamento e saúde. Naturalmente há diferenças qualitativas entre os serviços prestados. Os cidadãos medem o desempenho dos serviços por meio da utilidade deles. Logo há a necessidade de os representantes atenderem suas bases para garantirem sua reeleição e se legitimarem para o cargo que postularam.

Em consonância com essa tradição, Thelen e Steinmo (1992) entendem os partidos como instituições orgânicas que definem suas regras e procedimentos em direção à conquista do poder político. Essa conquista nas democracias se dá por meio das disputas eleitorais. Além disso, os partidos são fundamentais para o exercício de governo e para o andamento do processo de formatação de leis e proposição de políticas públicas. Para os autores, os partidos são o canal entre a sociedade e o Estado.

Para Mair (1997) o papel dos partidos na consecução de objetivos governamentais é enorme, sendo raro o partido que não possui ou não pretende possuir representação nos governos. A representação governamental dos membros do partido, segundo Ware (1996), é justamente o que alimenta a competição para o cumprimento do objetivo da sobrevivência do partido através da expansão da influência política de seus membros.

Schumpeter (1961) acredita que os partidos na democracia contemporânea, necessariamente, carregam em seu bojo, como elemento *sine qua non*, um fator definidor do funcionamento da escolha dos dirigentes políticos: a competição. A estratégia mais racional, a partir de uma leitura downsiana, é, medidas e observadas as disposições de forças nos determinados contextos, a chamada “caminhada para o centro”. Ou seja, quanto mais ao centro, do ponto de vista estratégico, os partidos têm mais flexibilidade.

Mas nem só de distinções sobrevivem os partidos. Há a dimensão do “falar em nome de”, ou seja, da representação de quem. Para Hanna Pitkin (1967), a representação não consiste apenas em fazer se passar por outra pessoa, mas na distinção que o ato da delegação de fala promove.

Para Miguel (2014), a representação política é um dos elementos fundantes da própria política. Tal construção incorre em dois problemas práticos. O primeiro é o de que qualquer ação política demandaria um representante. O segundo é o de que se assume automaticamente que qualquer representação tem um fundo democrático.

O primeiro gera questionamentos por restringir as ações políticas ao ato do voto, ou seja, da delegação de representação, esvaindo-se, por exemplo, possibilidades de ações coletivas advindas das demandas da sociedade. O segundo problema é o pior, pois ele não implica uma correlação direta com liberdades democráticas e direitos, porque uma ditadura, por exemplo, pode governar com base na representação de interesses específicos de alguns setores da sociedade.

Katz (2006) faz as três perguntas que são as mais centrais desse debate, que à primeira vista são simples, mas que compilam em boa parte o debate sobre partidos e competição: Quem representa? Quem é representado? O que o representante faz pelo representado? Entre todas as características assinaladas no que tange aos problemas de representação, há traços bastante comuns que perpassam todos os partidos que:

consiste no espaço ocupado pelos partidos como operadores da competição eleitoral. Semelhança que se encerra neste ponto, cedendo lugar a uma grande diversidade quanto ao formato e fisionomia partidários, padrões organizativos, longevidade, formas de ação, consistência das identidades políticas intrapartidárias, coesão e disciplina parlamentar, vínculos com os eleitores (MARENCO, 2000, p. 24).

Toda discussão moderna sobre partidos não perpassa apenas a esfera eleitoral e parlamentar, mas também a efetiva representatividade no sentido da identificação e confiança da sociedade nas entidades que se apresentam como as legítimas detentoras da capacidade de tradução dos anseios de camadas divididas da população, os partidos políticos. Na próxima seção será discutida justamente a distância entre os partidos e a sociedade.

3 O afastamento entre os partidos e a sociedade

Há certo consenso na literatura internacional da Ciência Política a respeito da separação cada vez mais profunda entre as esferas da sociedade e de governo. Essa separação não é apenas teorizada, mas foi testada empiricamente através da medição da participação política em partidos e em decisões de governo (BLONDLE; COTTA, 1996; WARE, 1996; DALTON; WATTENBERG, 2003; KATZ; CROTTY, 2006). Tal fenômeno é replicado na experiência brasileira, e um pequeno recorte poderá ser observado neste artigo.

Para Manin (1996), historicamente a sociedade se identificava com partidos e votava em seus membros, baseada em uma relação de confiança com o que o partido representa:

Durante décadas, a representação parecia estar fundamentada em uma forte e estável relação de confiança entre o eleitorado e os partidos políticos; a grande maioria dos eleitores se identificava com um partido e a ele se mantinha fiel. Hoje, porém, o eleitorado tende a votar de modo diferente de uma eleição para a outra, e as pesquisas de opinião revelam que tem aumentado o número dos eleitores que não se identificam com partido algum. Até pouco tempo atrás, as diferenças entre os partidos pareciam um reflexo das clivagens sociais. Mas hoje tem-se a impressão que são os partidos que impõem à sociedade clivagens (MANIN, 1995, s/p).

Esse processo para o autor (MANIN, 1995) deriva de princípios básicos e até naturais da representatividade. Esses princípios são:

- 1º os representantes são eleitos pelos governados;
- 2º os representantes conservam certa independência diante das preferências dos eleitores;
- 3º a opinião públicas pode se manifestar de forma autônoma em relação às decisões de governo;

4º as decisões políticas são tomadas após o debate.

Essa relação de confiança, segundo o autor, deriva da estabilidade: “resulta em grande medida da determinação de preferências políticas por fatores socioeconômicos. Na democracia partidária as divisões eleitorais refletem divisões de classe” (MANIN, 1996, p.209. Livre tradução). Isso se deve, segundo Manin (1995), ao fato de que a construção de uma “democracia de partidos” reflete uma estrutura social fragmentada.

Esse processo de desintegração de padrões estáveis de votação. Partidos socialistas e social-democratas são para o autor o modelo mais notável de partidos que produziram importantes cisões no eleitorado durante o século XX. Entretanto, além do conteúdo classista, há o surgimento de elementos culturais e étnicos que produziram cisões ainda mais profundas, criando aquilo que Manin (1996) chama de “campo³”.

o sentimento de pertencimento e identidade social determina muito mais as atitudes eleitorais do que a adesão ao programa político de um partido. [...] Mesmo quando os eleitores tinham conhecimento da existência de programas, eles só guardavam na memória algumas fórmulas muito vagas e as palavras de ordem mais marcantes repetidas durante as campanhas. As plataformas políticas serviam para dar aos ativistas um certo senso de direção, que mobilizava suas energias e unificava o conjunto do partido. Ainda que por razões distintas, os eleitores dos partidos de massa não conheciam muito mais a natureza exata das metas defendidas pelos candidatos do partido em que votavam do que ocorria com o eleitorado no modelo parlamentar, ao escolher uma pessoa de confiança. Os eleitores dos partidos de massa votavam num partido porque se identificavam com ele, independentemente dos planos de ação constantes da plataforma do partido. Nesse sentido, a democracia de partido, assim como o tipo parlamentar de governo representativo, baseia-se na confiança. A diferença está no objeto dessa confiança: não mais uma pessoa, mas uma organização, o partido (MANIN, 1995, s/p).

Gradualmente vem ocorrendo no mundo todo a ampliação da separação entre governo e sociedade, sentida na mudança dos padrões eleitorais, refletida no processo de volatilidade que evoluiu para a desconfiança do sistema político, reproduzindo assim a desintegração da participação política via partidos.

A participação política via partidos é explicitada por Panebianco (2005) a partir da diferenciação entre “eleitores fieis”, “filiados” e “militantes”. Os eleitores fieis, que para Manin (1996) estão em declínio, tendem a participar em períodos eleitorais. Os militantes são aqueles que participam da organização, ocupam cargos e mobilizam atividades para a captação de novos filiados e de eleitores. Já os filiados são os mais incertos, pois apesar de serem eleitores fieis, não são parte da estrutura orgânica do partido, logo não podem ser tidos como ativos partícipes políticos.

Em consonância com as teses de Manin (1995; 1996), para Urbanati (2013) a participação política e a desconfiança nos partidos tende a aumentar na mesma proporção em que as

³ Aqui o autor se refere às distinções políticas, que podem ser lidas como "campos políticos", ou "campos ideológicos".

desigualdades econômicas evoluem. A autora apresenta esse argumento diante da ideia de que a desigualdade econômica se reflete na distribuição de oportunidades de “voz”, ou de ser ouvida, refletindo na possibilidade de ver as transformações efetivas nas mais diversas esferas que se almejam. Isso amplia o processo de avaliação negativa dos partidos por parte da opinião pública.

Urbinati (2013) acredita que “as pessoas costumavam votar em partidos, através de uma plataforma em que exerciam seus julgamentos sobre a política futura [...] a consequência é que a própria prestação de contas torna-se sem sentido, já que os eleitores não têm nenhum controle sobre os assuntos” (URBINATI, 2013, p.14).

Nesse sentido, a sociedade ficou relegada a um papel passivo diante da formação das agendas e das decisões tomadas. Todo esse processo conduz a uma mudança na cultura política, nas formas de participação e no próprio valor democrático.

4 Indicadores de mudanças nos valores democráticos

A participação política é tradicionalmente descrita em termos de leis, sistemas de governo, parlamento, redes de contestação ou mesmo o simples ato de votar. Mas há dois elementos concorrentes em suas margens interpretativas, elencados por Almond e Verba (1980), que ganharam grande expressão na Ciência Política do século XX e XXI, em especial nos trabalhos sobre cultura política.

O primeiro é o elemento institucionalista. Segundo os autores as instituições induzem o comportamento político em suas esferas públicas. Ou seja, elementos como leis, decisões jurídicas e eleições conduziriam à mobilização política. Já o segundo elemento é o elemento cultural, segundo o qual a subjetividade dos atores, como o interesse por política, a confiança em partidos e instituições políticas explicariam melhor a participação e a formação de valores democráticos.

Esses valores democráticos não podem ser confundidos com valores políticos. Os valores são analisados por Alexis de Tocqueville (1997), sob o prisma da Revolução Francesa, como construções simbólicas em torno de identidades. Para o autor, os símbolos públicos são capazes de mobilizar ações coletivas que criam imaginários afetivos e valorativos. Enquanto nos valores políticos se situam as diferenças socioeconômicas, religiosas, étnicas, nos valores democráticos, segundo a narrativa de Tocqueville (1997) a democracia se constrói como um valor que engloba a liberdade e a igualdade. Mas é claro que no que tange à democracia formal, há mais especificidades.

Segundo Inglehart e Welzel (2009), a democracia formal pode ser imposta a quase todas as sociedades. Tal fato derivaria apenas das elites políticas, mas as liberdades efetivas, bem como a autonomia central da escolha dependem dos valores da massa.

Há nesse ponto uma distinção central em relação à democracia liberal e aos valores que conduzem à autoexpressão. Ao realizar um teste para medir a disseminação de valores de

autoexpressão em uma sociedade, os autores concluem que “a proporção de pessoas em uma sociedade que enfatiza os valores de autoexpressão está fortemente correlacionada tanto com medidas de desenvolvimento econômico, como com instituições democráticas” (Inglehart e Welzel, 2009, p. 188). Para os autores a autoexpressão, o desenvolvimento econômico e as instituições democráticas seriam responsáveis por ampliar a escolha autônoma dos indivíduos na sociedade.

O desenvolvimento econômico reduz as restrições à escolha humana, ao incrementar os recursos econômicos e cognitivos para a sociedade. O desenvolvimento econômico para os autores seria, em grande medida, responsável por tornar as pessoas mais autônomas, concedendo acesso à informação e à educação formal, ampliando renda e as interações sociais.

Os valores de autoexpressão, gerados pela autonomia que as pessoas adquirem no processo de desenvolvimento econômico, são responsáveis pela exigência das pessoas frente ao poder público de que lhes permitam agir conforme suas próprias e autônomas escolhas. Esses valores são responsáveis pela busca de direitos civis e políticos, luta contra a corrupção e autonomia para questionar o poder público, o que, em larga medida, define o processo central característico da democracia liberal.

Os valores de autoexpressão estão fortemente vinculados às instituições democráticas. “Mas a força das ligações varia, dependendo de quão diretamente um determinado indicador de democracia explora o elemento central da liberdade, ou seja, o grau em que as pessoas fazem escolhas genuínas” (INGLEHART; WLEZEL, 2009, p. 190).

Os indicadores aos quais os autores se referem são “democracia constitucional”, que se baseia nos dispositivos que possibilitam a competitividade eleitoral e o recrutamento político; “padrões de autoridade”, que se referem a padrões de regulação de governos e de sociedades; “democracia eleitoral”, que é um índice que se relaciona com inclusão e competitividade nas eleições nacionais. Ao mensurar este último, os autores verificaram que quando o comparecimento às urnas aumenta, há uma correlação direta com a queda na concentração de poder dos partidos, apresentando uma relação direta com os valores contestadores de autoexpressão ($r = 0,62$).

A democracia liberal, representada pela vertente eleitoral, apresenta uma relação fortíssima com a autoexpressão de massas ($r = 0,75$). Segundo os autores, é ela a medida mais utilizada pela *Freedom House* para mensurar a qualidade da democracia. Isso se deve ao fato de que “os valores de autoexpressão exploram os valores dos indivíduos [...], nos quais as instituições de determinadas sociedades proporcionam direitos políticos e liberdades civis” (INGLEHART; WELZEL, 2009, p. 191).

Diante dos exposto sobre partidos e democracia representativa, bem como a partir das discussões realizadas por Inglehart e Welzel (2009), ao mensurarem o fundamental papel da opinião pública no que tange à contestação como meio de proposição de mudanças estruturais,

será dada sequência no trabalho a partir da exposição dos dados do Barômetro das Américas de 2014, como forma de mensurar dados sobre a percepção das pessoas em uma correlação entre partidos políticos e valores democráticos no Brasil.

5 Apresentação e análise dos dados do Barômetro das Américas de 2014

O Barômetro das Américas é um estudo de opinião pública realizados a partir da aplicação de cerca de 20 mil questionários anualmente em toda América Latina. Em consonância com o viés teórico supracitado, o questionário permite mensurar o que as pessoas percebem sobre diversos temas públicos em seus países. O foco aqui é compreender, através do cruzamento de alguns dados sobre pelo menos duas perguntas, se a democracia é um valor imutável para os entrevistados que têm algum tipo de simpatia por partidos políticos.

A primeira tabela apresenta o cruzamento dos dados referentes às respostas para as perguntas sobre o interesse em política e se já participaram de algum tipo de reunião partidária.

Tabela 1: Interesse em política em relação a participar de algum tipo de reunião de partidos

Interesse em Política	Não participa de reuniões de partidos políticos	Participa de reuniões de partidos políticos	Total
Muito interesse	81 68,6%	37 31,4%	118 100%
Algum interesse	169 86,7%	26 13,3%	195 100%
Pouco interesse	570 90,3%	61 9,7%	631 100%
Nenhum interesse	518 95,2%	26 4,8%	544 100%
Total	1338 89,9%	150 10,1%	1488 100%

Fonte: Elaboração própria, baseado em dados do Barômetro das Américas, (2014).

Primeiramente, ressalta-se o baixo interesse por política (n=118). E na mesma sequência, o baixo grau de participação ou militância por algum tipo de partido político, dentre aqueles que tem algum interesse por política (n=26). Aqueles que nunca participaram chegam a 89,1% e isso se reflete na amostra daqueles que dizem não ter nenhum interesse (n=518). Esses dados, porém, não permitem inferir nada a respeito de contestação, ou mesmo sobre participação política – a não ser que isso seja entendido apenas por vias formais.

Entretanto, o reflexo mais claro desses dados é o do afastamento entre os temas políticos e a sociedade como um todo. O desinteresse pelos partidos políticos demonstrado está em

consonância com os postulados de Manin (1995;1996), que acredita em uma cisão com o processo conhecido como democracia partidária devido ao descrédito com respeito à representação.

Acredita-se ainda que o texto de Abranches (2017) é bastante sintomático se confrontado com esses dados, pois, além de abarcar a dissidência entre partidos e sociedade que Manin (1995;1996) já postulava, o autor consegue fazer uma leitura atual de que o filtro entre a sociedade e o Estado que os partidos representavam se desfez e está em transição para um novo modelo de representação, no qual a sociedade consegue se engajar em processos políticos sem que necessariamente os partidos tenham que organizá-la ou tutelá-la, como realizado pela via militante (PANEBIANCO, 2005).

Assim como a baixa participação em reuniões de partidos, a simpatia por partidos também tem uma amostra baixa. Dentre eles, os que possuem uma maior simpatia são PT, PMDB e PSDB. Os demais foram agrupados como “outros”.

Tabela 2: Simpatia por partidos políticos por gênero

Gênero	PT	PSDB e PMDB	Outros Partidos	Total
Feminino	71 57,3%	34 27,4%	19 15,3%	124 100%
Masculino	110 52,4%	61 29%	39 18,6%	210 100%
Total	181 54%	95 28,4	58 17,4%	334 100%

Fonte: Elaboração própria, baseado em dados do Barômetro das Américas, (2014).

Nota-se que a simpatia dos homens por partidos é quase o dobro em relação às mulheres. O grande destaque é o PT, em ambos gêneros que possui 54% (n=181) dos 334 simpatizantes. O PSDB e o PMDB juntos (n=95) possuem quase o dobro em relação aos “outros partidos” (n=58), no entanto a discrepância se torna mais representativa quando medido entre as mulheres, no qual PSDB e PMDB têm 27,4% (n=34) de simpatizantes mulheres, já outros partidos – não o PT – têm quase a metade, com 15,3% (n=19).

A questão de gênero merece um destaque especial, tanto pelo debate que a circunda, quanto pelo problema da representação desproporcional no Brasil. Paiva, Henrique e Silva (2013) mostram como a representatividade feminina nos legislativos estaduais e federal é desproporcional. Segundo as autoras, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral, as mulheres somam pelo menos 52% do total de eleitores. Entretanto, isso não se traduz em representatividade de fato:

O baixo incentivo e apoio efetivo dos partidos políticos às candidaturas femininas comprovado pelo não cumprimento da Lei de Cotas, aliado ao menor volume de recursos destinados às campanhas femininas, condicionantes como a dificuldade em conciliar a vida familiar com as exigências da carreira política estão entre as variáveis explicativas para esse cenário (PAIVA;

HENRIQUE; SILVA, 2013, p. 180).

Essa discussão tem continuidade em Paiva, Durães e Carvalho (2018), pois os autores mostram que na atual legislatura (55^a), as mulheres ocupam apenas 9% das cadeiras na Câmara dos Deputados, mesmo sendo a maioria dos eleitores. Além disso, há uma “cota de gênero” que obriga os partidos a reservarem no mínimo 30% das candidaturas e no máximo 70% para cada sexo. Entretanto, o que os autores encontraram foi um número de candidaturas femininas que apenas cumpriram o pré-requisito legal de gênero e uma baixa proporção de eleitas, devido ao investimento desproporcional (PANEBIANCO, 2005) se comparado às candidaturas masculinas. Tais fatores influenciam diretamente o engajamento feminino em militâncias político-partidárias.

De modo geral, apesar de a amostra ser baixa (n=334), ela parece representativa, quando os dados são cruzados com o indicador de gênero. Entretanto, o indicador etnia também é significativo, vistas as discrepâncias entre os brancos e todos os outros, o que por si só merece um estudo aprofundado; não é nosso objetivo, porém, realizá-lo neste trabalho.

Tabela 3: Simpatia por partidos políticos por etnia

Partidos	Branco	Outras etnias	Total
PT	57 31,5%	124 68,5%	181 100%
PSDB e PMDB	35 36,8%	60 63,2%	95 100%
Outros	22 37,9%	36 62,1%	58 100%
Total	114 34,1%	220 65,9%	334 100%

Fonte: Barômetro das Américas, 2014. Elaboração própria.

Além de uma maior participação feminina, o PT também é o partido com o maior grau de integração étnica. No entanto, a amostra de pessoas brancas (n=57) é bem alta, mostrando que mesmo que haja uma significativa simpatia de outras etnias (n=124), o número de brancos ainda parece ser maioria. O mesmo padrão se repete no PSDB e no PMDB, com mais da metade de pessoas que se declaram brancas em relação a todas as outras etnias. O padrão se perde na categoria “outros”, pois há bem mais – proporcionalmente – pessoas brancas do que no PT, PMDB e PSDB.

Como mencionado anteriormente, além de expor esses dados sobre as características gerais das pessoas que têm algum tipo de simpatia por partidos políticos, a intenção central do artigo é analisar essa relação a partir do valor democrático.

Tabela 4: Identificação com partidos e democracia como valor

Identificação com partidos políticos	Democracia ambivalente⁴	Democracia como melhor forma de Governo	Total
Sim	122 37,4%	204 62,6%	326 100%
Não	363 34,3%	696 65,7%	1385 100%
Total	485 35%	900 65%	1385 100%

Fonte: Barômetro das Américas, 2014. Elaboração própria.

Em uma amostra razoável (n=1385) as pessoas que possuem identificação com partidos políticos (n=326) não demonstram ser expressivas no que tange ao regime democrático (n=204). No entanto, as pessoas que não possuem simpatia por partidos políticos apresentam uma identificação bem mais substantiva com a democracia como melhor forma de governo (n=696).

Os dados confirmam, de certa forma, a hipótese de Abranches (2017), de que os partidos não estariam representando uma ligação com o valor democrático; no entanto, isso não significa que as pessoas estejam se tornando menos democráticas, apenas que os partidos não são o meio pelo qual elas se fazem representar (Inglehart e Welzel, 2009).

Mas o que mais nos auxilia a responder nossa pergunta de pesquisa é que algumas pessoas que possuem algum tipo de simpatia por partidos políticos também podem possuir valores ambivalentes ou não democráticos, mesmo que sua simpatia seja por partidos que prezam em seus estatutos a democracia como valor inestimável.

E até por isso, nos restam os últimos dados, que são relativos à confiança na democracia, em relação à concessão de poderes “imperiais” ou mesmo ditatoriais ao presidente. Tal cruzamento se justifica pelas hipóteses neoinstitucionalistas largamente exploradas pela literatura da Ciência Política brasileira (Abranches, 1988; Lamounier, 1991; Amorim Neto, 1994 e 2007; Figueiredo e Limongi, 1998 e 1999; Figueiredo 1999; Carvalho, 2007; Cintra, 2007) de que as raízes ibéricas e o caudilhismo latino- americano conduziram a uma percepção social da necessidade da concentração de poder nas mãos de um único órgão ou pessoa para que o “progresso” ocorresse.

⁴ A ideia da ambivalência é a de que: 1° o regime democrático não faria diferença na vida do entrevistado; 2° Em certas circunstâncias um governo autoritário seria preferível a um governo democrático.

Tabela 5: Confiança na democracia e concentração de poderes presidenciais

Confiança na Democracia	É justificável o Presidente fechar o Congresso (SIM)	É justificável o Presidente fechar o Congresso (NÃO)	Total
Baixa Confiança	183 21,5%	670 78,5%	853 100%
Média Confiança	87 19,8%	353 80,2%	440 100%
Alta Confiança	24 31,6%	52 68,5%	76 100%
Total	294 21,5%	1075 78,5%	1369 100%

Fonte: Barômetro das Américas, 2014. Elaboração própria.

Entre as pessoas que têm alta confiança, como esperado, a amostra é baixa (n=76). No entanto, o que os dados apresentam reflete a hipótese neoinstitucionalista brasileira, conforme supracitado. Entre as pessoas que confiam mais na democracia, 31,6% (n=24) acreditam que, se necessário, o presidente pode fechar o Congresso Nacional. Mas entre aquelas que têm baixa confiança, 78,5% (n=670) não acreditam ser algo justificável o fechamento do Congresso pelo Presidente, sob nenhuma circunstância. De forma geral, a maior parte das pessoas que responderam ao questionário (n=1369) não acreditam que seja justificável o fechamento do Congresso (n= 1075).

6 Considerações Finais

A chamada “grande transição” apontada por Abranches (2017) no início do artigo, no caso proposto, se verificou empiricamente. Entretanto, há de se ressaltar que isso não significa que haverá o desaparecimento dos partidos, mas talvez possa ser enxergada uma transição do seu papel tradicional, como apontado na seção a eles concernente.

Algo que já foi assinalado, mas que merece ser encerrado na presente seção, é que a democracia não representa um valor incontestado para aqueles que demonstram apreço por partidos. E até por isso essa transição no papel dos partidos terá de levar em conta as questões que estão abarcadas no bojo das mudanças sociais.

A mudança de valores, no entanto, se verificou em uma escala positiva se pensada na relação com o chamado “valor democrático”: apesar de as pessoas não prezarem tanto os partidos, demonstraram certo grau de respeito à democracia e suas instituições.

Referências

- ABRANCHES, Sergio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados**, Rio de Janeiro, v.31, n° 1, jan./abr., p. 3-55, 1988.
- _____. **A era do imprevisto: a grande transição do século XXI**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- ABRÚCIO, Fernando L; COSTA, Valeriano, M.F. **Reforma do Estado e o contexto federativo brasileiro**. São Paulo: Konrad Adenauer Stiftung, 1998.
- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney (eds). **The Civic Culture Revisited**. Boston, MA: Little, Brown, 1980.
- AMORIM NETO, Octavio. Formação de gabinetes presidenciais no Brasil: coalizão *versus* cooptação. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, pp. 9-34, nov. 1994.
- _____. O poder Executivo: centro de gravidade do sistema político brasileiro In: **Sistema político brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Editora UNESP, 2007, p.87-99..
- BLONDEL, Jean; COTTA, Maurizio. **Party and Government: an inquiry into the relationship between Governments and supporting parties in liberal democracies**. London: Macmillan Press Ltd, 1996.
- CARVALHO, José Murilo. Fundamentos da política e da sociedade brasileiras In: **Sistema político brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- CHARLOT, Jean. **Os partidos políticos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- CINTRA, Antônio Octávio. Presidencialismo e parlamentarismo: são importantes as instituições? In: organizadores? **Sistema político brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Editora UNESP, p.61-106, 2007.
- DALTON, R. J.; WATTENBERG, M. P. **Parties without partisans: political change in advanced industrial democracies**. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: EDUSP, 1999.
- DUVERGER, Maurice. **Los partidos políticos**. Mexico: FCE, 1957.
- FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Bases institucionais do Presidencialismo de Coalizão. **Lua Nova**, s.v, n. 44, out./dez., p. 81-106, 1998.
- _____. Executivo e legislativo na nova ordem constitucional. São Paulo: Editora FGV, 1999.
- FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando; VALENTE, Ana Luzia. Governabilidade e concentração de poder institucional: o governo FHC. **Tempo Social**, v.11, n.2, out./dez., p.49-62, 1999.
- INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. **Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano**. São Paulo: Francis, 2009.
- KATZ, Richard. Party in the democratic theory. In: KATZ, Richard; CROTTY, William. **Handbook of party politics**. London: Sage Publications, 2006.
- MANIN, Bernard. **As Metamorfoses do Governo Representativo**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, s.v, n. 29, jan./abr., p. 5-34 1995.
- _____. **The principles of representative government**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- MICHELSONS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: UnB, 1982.

MIGUEL, Luis F. **Democracia e Representação**: territórios em disputa. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

PAIVA, Denise.; HENRIQUE, Ana. L. ; SILVA, Gabriela. P. V. Atuação das mulheres no Poder Legislativo Federal e Estadual e no Brasil: ainda muito distante da paridade de gênero. **Cadernos ADENAUER**, v. 3, n.1, jan./abr., p. 167-182, 2013.

PAIVA, Denise.; DURÃES, Telma. F. N. ; CARVALHO, Guilherme. Cuotas de Género en Brasil: se estanca la desigualdad? In: MATOS, Dhayana Carolina Fernández. (Org.). **Cuotas de género y democracia paritaria**. Avances en los derechos políticos de las mujeres. Barranquilla: Universidad Simón Bolívar/ Red Iberoamericana en Ciencias Sociales con Enfoque de Género (RED-HILA), pp. 223-253, 2018.

PITKIN, Hanna F. **The concept of representation**. Berkeley: University of California, 1967.

SANTOS, André Marengo. **Não se fazem mais elites como antigamente**: recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre os deputados brasileiros (1946-1998). 2000. 259f, Tese de Doutorado, PPG Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

THELEN, K.; STEIMO, S. Historical institutionalism in comparative politics. In: Steinmo, S. et al. **Structuring politics**: historical institutionalism in comparative analysis. New York: Cambridge University Press, 1992.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **O Antigo Regime e a Revolução**. 4ª ed. Brasília: Editora UNB, 1997.

URBANATI, Nádia. Crise e metamorfose da democracia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n° 82, pp.6-16, junho/2013.

WARE, Alan. **Political Parties and Party Systems**. New York: Oxford University Press, 1996.

Artigo recebido em: 07/01/2018

Artigo aceito para publicação em: 12/03/2018